

CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO DO PROGRAMA GLOBAL REDD EARLY MOVERS MATO GROSSO

Geral	<p>Iniciativas que não estão em conformidade com diretrizes, princípios e salvaguardas estabelecidas para o mecanismo de REDD+ no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), Estratégia Nacional para REDD+ (ENREDD+) e Sistema Estadual de REDD+ de Mato Grosso (SisREDD+ MT).</p>	<p>Decreto 11.704, de 14 de setembro de 2023 (Institui a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - CNODS).</p> <p>Decreto Federal 2.652, de 1 de julho de 1998 (Promulga a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - CQNUMC).</p> <p>Decreto 11.548, de 5 de junho de 2023 (Institui a Comissão Nacional para REDD+ - CONAREDD+).</p> <p>Lei Ordinária 9.878, de 7 de janeiro de 2013 (Sistema Estadual de REDD+ de Mato Grosso - SisREDD+ MT)</p>
	<p>Atividades e projetos que não contribuem para os objetivos do Programa e de seus subprogramas, de mitigação da mudança do clima, redução das emissões de gases de efeito estufa, conservação da floresta, de recuperação dos ecossistemas florestais, desenvolvimento de uma economia florestal sustentável de baixo carbono ou benefícios econômicos, sociais e ambientais.</p>	<p>Salvaguarda A - 1.1 - Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes relativos à REDD+.</p>
	<p>É vedada a utilização dos recursos auferidos para finalidades distintas dos objetivos do Programa.</p>	
Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares	<p>Atividades ou empreendimentos em territórios de Povos e Comunidades Tradicionais passíveis de licenciamento, sem a anuência da comunidade.</p>	<p>Decreto 5.051, de 19 de abril de 2004 (Promulga a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais).</p> <p>Art. 225, § 1º, Inciso IV da Constituição Federal de 1988.</p> <p>Lei Federal 6938, de 31 de agosto de 1981 (Institui a Política Nacional de Meio Ambiente).</p>

		<p>Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 (Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais).</p> <p>IBRD (International Bank for Reconstruction and Development) and IDA (International Development Association) 2022 Programfor-Results Financing Policy Program-for-Results Financing - Scope III 9.</p> <p>Salvaguarda D - 4.1 - Consulta às partes interessadas, respeitando formas tradicionais de decisão e governança dos povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares.</p>
	Atividades que sejam vedadas por Lei e/ou pelo Plano de Gestão (ou Plano de Manejo) das Unidades de Conservação.	<p>Lei Federal 9.985, de 18 de julho de 2000 (Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências), Art. 2o, XVII.</p> <p>Salvaguarda A - 1.1 Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes relativos à REDD+.</p>
	Iniciativas/Projetos que não assegurem a participação da comunidade na tomada de decisão, das etapas de formulação e acompanhamento da implementação.	<p>NAS 10 (Normas Ambientais e Sociais do Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial).</p> <p>Salvaguarda D - 4.1 Consulta às partes interessadas, respeitando formas tradicionais de decisão e governança dos povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares</p>
Povos Indígenas	Atividades que sejam vedadas por Lei e/ou pelo Plano de Gestão de Terras Indígenas.	<p>Constituição Federal de 1988 (art. 231).</p> <p>Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973 (Dispõe sobre o Estatuto do Índio).</p>

		<p>Decreto 7.747, de 5 de junho de 2012 (Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI).</p> <p>Salvaguarda C - 3.1 Povos indígenas, comunidades locais e agricultores familiares são devidamente identificados, tendo seus direitos à propriedade da terra e territórios respeitados e garantidos.</p>
	Atividades/Projetos que sejam propostos sem a anuência ou consentimento livre, prévio e informado, bem como, sem o seu devido registro.	<p>IBRD (International Bank for Reconstruction and Development) and IDA (International Development Association) 2022 Program-for-Results Financing Policy Program-for-Results Financing - Scope III 9.</p> <p>Salvaguarda D - 4.1 Consulta às partes interessadas, respeitando formas tradicionais de decisão e governança dos povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares.</p>
	Iniciativas/Projetos que não assegurem a participação da comunidade na tomada de decisão, das etapas de formulação e acompanhamento da implementação.	<p>NAS 10 (Normas Ambientais e Sociais do Quadro Ambiental e Social de 2016 do Banco Mundial).</p> <p>Salvaguarda C - 3.1 Povos indígenas, comunidades locais e agricultores familiares são devidamente identificados, tendo seus direitos à propriedade da terra e territórios respeitados e garantidos.</p> <p>Salvaguarda D - 4.1 Consulta às partes interessadas, respeitando formas tradicionais de decisão e governança dos povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares.</p>
	Iniciativa/Projetos que promovam a prática da caça, pesca ou coleta de frutos, assim como de atividade agropecuária ou extrativa por pessoas estranhas à comunidade indígena ou em desacordo com usos, costumes e tradições das comunidades indígenas.	<p>Constituição Federal de 1988 (art. 231).</p> <p>Lei Federal 6.001, de 19 de dezembro de 1973 (Dispõe sobre o Estatuto do Índio).</p>

		Decreto 7.747, de 5 de junho de 2012 (Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI).
Produção Sustentável	Atividades ou empreendimentos que necessitem de licenciamento, sem a anuência da comunidade.	IBRD (International Bank for Reconstruction and Development) and IDA (International Development Association) 2022 Programfor-Results Financing Policy Program-for-Results Financing - Scope III 9. NAS 10 (Normas Ambientais e Sociais do Quadro Ambiental e Social de 2016 do Banco Mundial).
	Atividades que sejam vedadas por Lei em Assentamentos da Reforma Agrária e Imóveis Rurais.	Lei Federal 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 (Regulamenta os dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária da Constituição Federal). Normas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra): Instrução Normativa 136/2023 (modalidade PAE); Instrução Normativa 112/2021 (anuência quanto ao uso de áreas em projetos de assentamento do instituto, para o desenvolvimento de atividades), dentre outras. Lei Federal 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências).
	Iniciativas que não assegurem a participação da comunidade na tomada de decisão, das etapas de formulação, implementação e acompanhamento das atividades do projeto.	NAS 10 (Normas Ambientais e Sociais do Quadro Ambiental e Social de 2016 do Banco Mundial). Salvaguarda D - 4.1 - Consulta às partes interessadas, respeitando formas tradicionais de decisão e governança dos povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares.
	Beneficiário que possua mais de 15 módulos fiscais em seu patrimônio.	MOP REM MT - Subprograma C - Produção Sustentável

	Propriedades acima de 4 módulos fiscais, sem Cadastro Ambiental Rural.	<p>Lei Federal 11.326, de 24 de julho de 2006 (Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais).</p> <p>Lei Federal 12.651, de 25 de maio de 2012 (Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa).</p> <p>MOP REM MT - Subprograma A: Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais</p>
Unidades de Conservação	Planejar, fomentar ou implementar atividades produtivas e serviços ambientais dentro das Unidades de Conservação sem o conhecimento, participação ou acompanhamento do órgão gestor e sem alinhamento ao Plano de Manejo, quando existente.	Lei Federal 9.985, de 18 de julho de 2000 (instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e pelo Decreto 4.340, de 22 de agosto de 2002).
Desmatamento	Qualquer atividade com risco de gerar novos desmatamentos ou degradação ambiental.	Salvaguarda F - 6.1. O risco de reversões está integrado na concepção, implementação e avaliações do Programa, por meio do monitoramento contínuo e controle efetivo do desmatamento.
	<p>Atividades que envolvam a destruição, conversão ou degradação de florestas primárias, habitats naturais e outros recursos naturais; ou seja, atividades que levem à:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Destruição ou conversão de florestas primárias; • Degradação de florestas; • Conversão ou degradação de outros habitats naturais e outros recursos naturais (Cerrado, Pantanal, ambientes aquáticos etc.). 	<p>Salvaguarda A - 1.1 Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes relativos à REDD+.</p> <p>Salvaguarda E - 5.1. Conservação e uso sustentável de ecossistemas naturais, sua biodiversidade e seus serviços ecossistêmicos.</p>
	Atividades que implicam a coleta, extração, caça, pesca ou colheita insustentável de recursos naturais (animais, plantas, madeira e/ou produtos florestais não-madeireiros).	<p>Constituição Federal de 1988.</p> <p>Lei Federal 12.651, de 25 de maio de 2012 (Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa).</p> <p>Lei Federal 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de crimes ambientais).</p>

		<p>Salvaguarda A - 1.1 Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes relativos à REDD+.</p> <p>Salvaguarda E - 5.1 Conservação e uso sustentável de ecossistemas naturais, sua biodiversidade e seus serviços ecossistêmicos.</p>
	Custeio de produção em projetos orientados para grandes cadeias de commodities (grãos, fibras, florestas plantadas, biocombustíveis e pecuária de corte), incluindo aquisição de insumos e sementes, em propriedades não familiares e/ou acima de 15 módulos fiscais.	
	Atividades que estabelecem novas estradas ou ramais dentro de habitats naturais e áreas protegidas existentes ou propostas, exceto em casos previstos na Lei, como de utilidade pública, interesse social e de baixo impacto ambiental.	Lei Federal 12.651, de 25 de maio de 2012 (Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa).
	Beneficiários com áreas embargadas e/ou áreas com desmatamento não autorizado ocorrido depois de 22 de julho de 2008, não regularizadas ou em processo de regularização.	<p>Lei 12.651, de 25 de maio de 2012 (Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa).</p> <p>Lei Federal 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de crimes ambientais).</p>
Biodiversidade	Introdução de espécies exóticas, a menos que estejam estabelecidas na região tecnicamente e culturalmente ou conhecidas de contextos semelhantes e comprovadas como não invasoras e a menos que reforcem a sua competitividade econômica em comparação com espécies e variedades nativas/endógenas.	Lei Federal 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de crimes ambientais).
	<p>Qualquer atividade com risco de redução de diversidade biológica tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Perda de florestas primárias, habitats naturais e outros recursos naturais; • Uso de animais silvestres para ensaios experimentais; 	<p>NAS 4 e 6 (Normas Ambientais e Sociais do Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial).</p> <p>Salvaguarda E - 5.1 Conservação e uso sustentável de ecossistemas naturais, sua biodiversidade e seus serviços</p>

	<ul style="list-style-type: none"> Espécies que podem ser vetores ou que tragam doenças. 	ecossistêmicos.
	Atividades que implicam no uso e na introdução de sementes geneticamente modificadas por transgenia e/ou que criem dependência exclusiva e contratual (para a população local) em sementes fornecidas por empresas multinacionais.	
Poluição	Atividades que implicam a produção, compra e comércio de farmacêuticos, pesticidas/herbicidas, químicos, substâncias que destroem o ozônio e outras substâncias perigosas que estão sujeitas a proibições internacionais, principalmente aquelas que estão descritas nas convenções das quais o Brasil é signatário.	<p>NAS 3 (Normas Ambientais e Sociais do Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial) Substâncias listadas na Convenção de Estocolmo (http://www.pops.int/TheConvention/Overview/TextoftheConvention/tabid/2232/Default.aspx).</p> <p>Convenção de Rotterdam (http://www.pic.int/Implementation/PICCircular/tabid/1168/language/en-US/Default.aspx) .</p> <p>Protocolo de Montreal (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99280.htm#:~:text=DECRETO%20No%2099.280%2C%20DE,Destroem%20a%20Camada%20de%20Oz%C3%B4nio).</p> <p>Substâncias que são definidas como extremamente ou altamente perigosas listadas nas Diretrizes de OMS de Classificação como classes I a e I b (http://www.who.int/ipcs/publications/pesticides_hazard_2009.pdf), a menos que o usuário final tem os controles apropriados estabelecidos em relação à fabricação, aquisição ou distribuição e/ou utilização destes químicos.</p> <p>Substâncias que são definidas como moderadamente perigosas listadas nas Diretrizes de OMS de Classificação como classes II (http://www.who.int/ipcs/publications/pesticides_hazard_2009.pdf), a menos que o usuário final tem os controles apropriados estabelecidos em relação à fabricação, aquisição ou</p>

		<p>distribuição e/ou utilização destes químicos.</p> <p>Substâncias que são definidas como altamente perigosas em acordo com a Lista FSC sobre “pesticidas altamente perigosas” (https://ic.fsc.org/preview.fsc-std-30-001a-en-fsc-list-of-highly-hazardous-pesticides.a-4050.pdf).</p> <p>Substâncias que são listadas na Convenção Singular sobre Estupefacientes (1961) e na Convenção sobre Sustâncias Psicotrópicas (1971), assim como Novas Sustâncias Psicotrópicas (NPS) definidas pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (https://www.unodc.org/documents/scientific/NPS_2013_SMAR_T.pdf) como sustâncias “que não são controladas pela Convenção Singular sobre Estupefacientes (1961) e pela Convenção sobre Sustâncias Psicotrópicas (1971), que representam uma ameaça para a saúde pública.</p>
	Produção de resíduos perigosos como definido por regulamentos locais, nacionais e convenções internacionais das quais o país seja signatário (inflamabilidade, corrosividade, reatividade ou toxicidade, ou outras características físicas, químicas ou biológicas que possam representar riscos potenciais à saúde humana ou ao ambiente se indevidamente gerenciados).	<p>NAS 3 (Normas Ambientais e Sociais do Quadro Ambiental e Social de 2016 do Banco Mundial).</p> <p>Lei Federal 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos).</p>
Regularização Ambiental	Não possuir Cadastro Ambiental Rural (CAR) ou não ter iniciado o processo de regularização ambiental (CAR e PRA), para produtores acima de quatro módulos fiscais. Exceção: este critério não se aplica para territórios de posse coletiva que não possuem regularização ambiental. Ao contrário, estes territórios seriam priorizados para regularização ambiental e para financiamento do Programa REM MT.	<p>Lei Federal 11.326, de 24 de julho de 2006 (Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais).</p> <p>Lei Federal 12.651, de 25 de maio de 2012 (Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa).</p>
Produtos ilegais	Iniciativas que estimulem a produção ou a comercialização de produtos considerados ilegais em leis ou regulamentos brasileiros ou convenções e acordos internacionais, ou sujeitos a proibições internacionais (produtos farmacêuticos, pesticidas/herbicidas, substâncias que destroem a camada	<p>Decreto 3.607, de 21 de setembro de 2000 (Implementa a Cites no Brasil).</p> <p>Decreto 99.280/90 (Implementa o Protocolo de Montreal no</p>

	de ozônio, a vida selvagem ou produtos regulados sob a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Fauna e Flora Selvagens (CITES). Comercialização de madeira ilegal. Atividades ilícitas.	Brasil) e Resolução Conama 267, de 14 de setembro de 2000. Lei Federal 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de crimes ambientais). Lei Federal 12.651, de 25 de maio de 2012 (Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa). Decreto 6.514, de 22 de julho de 2008.
Atividades, Produtos, serviços e empresas e organizações não apoiáveis	Produção, compra e/ou comercialização de tabaco, armas, amianto, dentre outros produtos tóxicos. Empresas multinacionais/internacionais do agronegócio. Organizações que têm um histórico de corrupção comprovado. Compra e/ou comercialização de bezerros e bovinos. Compra e/ou comercialização de motosserras. Dívidas de organizações e/ou pessoas físicas. Ações financiadas por outras instituições, caracterizando duplicidade/fraude. Atividades de mineração. Passivos ambientais gerados por empresas.	
Remuneração de funcionários públicos	Pagamento de pessoas físicas (salários ou algum tipo de remuneração a agentes públicos), exceto casos previstos em Lei.	Lei Federal 13.243, de 11 de janeiro de 2016.
Contrapartida	Os salários não podem ser considerados como contrapartida em projetos.	
Questões trabalhista	Atividades associadas ao trabalho escravo ou atividades análogas ao trabalho escravo. Atividades associadas a trabalho infantil. Ausência de conformidade com a legislação trabalhista, normas regulamentadoras e convenções ratificadas pelo Brasil.	Convenções 29, 100, 138, 155, 159, 161 e 182 da OIT, por meio dos Decretos 4.134, de 15 de fevereiro de 2002, e 3.597, de 12 de setembro de 2000, respectivamente. NAS 2 (Normas Ambientais e Sociais do Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial).

		<p>Lei Federal 6.481, de 12 de junho de 2008 (Erradicação do Trabalho Infantil).</p> <p>IBRD (International Bank for Reconstruction and Development) and IDA (International Development Association) 2022 Programfor-Results Financing Policy Program-for-Results Financing - Scope III 9.</p>
Gênero, Geracional e Pessoas com Deficiência	Atividades que de antemão excluem e discriminam mulheres, jovens (15 a 29 anos), idosos e pessoas com deficiência entre os beneficiários dos subprogramas e seus projetos.	<p>Constituição Federal de 1988.</p> <p>Lei 13.146, de 6 de julho de 2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).</p> <p>Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor).</p> <p>Estatuto da Juventude, Lei 12.852/2013.</p> <p>Salvaguarda D - 4.2 Assegurar a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres.</p>
Terras e patrimônio cultural	Atividades que levem ao deslocamento econômico ou físico de comunidades.	<p>NAS 5 (Normas Ambientais e Sociais do Quadro Ambiental e Social de 2016 do Banco Mundial).</p> <p>Salvaguarda C - 3.1. Povos indígenas, comunidades locais e agricultores familiares são devidamente identificados, tendo seus direitos à propriedade da terra e territórios respeitados e garantidos.</p> <p>IBRD (International Bank for Reconstruction and Development) and IDA (International Development Association) 2022 Programfor-Results Financing Policy Program-for-Results Financing - Scope III 9.d.</p>
	Atividades que prejudicam a segurança e soberania alimentar dos agricultores familiares, dos povos indígenas e dos povos e comunidades	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS 2. Fome Zero e Agricultura Sustentável - Acabar com a fome, alcançar a

	tradicionais.	segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável).
	Atividades que prejudicariam propriedades culturais, tal como locais arqueológicos e históricos, monumentos religiosos ou cemitérios.	IBRD (International Bank for Reconstruction and Development) and IDA (International Development Association) 2022 Programfor-Results Financing Policy Program-for-Results Financing - Scope III 9.b. NAS 8 (Normas Ambientais e Sociais do Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial).